



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E ESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Dos Sr. João Daniel)

Requer realização de seminários regionais no Estado de Sergipe, durante o segundo trimestre deste ano, em cidades polos dos territórios sergipanos para discutir as consequências da Reforma da Previdência, proposta pela PEC 06/2019, na vida dos trabalhadores e trabalhadores e também sobre a economia dos municípios sergipanos.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminários para a discussão dos efeitos da Reforma da Previdência, proposta pela PEC 60/2019 na vida dos trabalhadores e trabalhadoras e também sobre os municípios sergipanos, cuja a economia depende, em grande parte das receitas advindas das aposentadorias e dos benefícios previdenciários, tendo como convidados representantes do DIEESE, do Secretário de Agricultura do Estado de Sergipe, da CUT/SE, dos sindicatos rurais, da FESTASE, do MST, do MPA.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das regiões mais afetadas com a reforma da previdência no meio rural é o Nordeste, na qual, em 2018, os valores das aposentadorias rurais somaram R\$ 51,5 bilhões enquanto que o valor do Fundo de Participação dos



Municípios – FPM chegou à casa dos R\$ 29,6 bilhões, ou seja, a previdência rural representa mais de 60% dos valores arrecadados. No Estado de Sergipe, enquanto a aposentadoria rural é da ordem de R\$ 1,6 bilhão, o FPM foi de R\$ 1,39 bilhão, excluindo Aracaju, esta diferença cresce e chega a ser superior em 37,5% da aposentadoria em relação ao FPM.

Além disso, essa região tem um importante peso relativo das pessoas idosas, resultado de décadas de forte emigração dos jovens para outras áreas do Nordeste e do País, deixando a população mais envelhecida e mais pobre. Ao mexer na previdência, da forma com este governo vem propondo, teremos a quase impossibilidade de que o (a) trabalhador (a) do campo se aposente e, também, a inviabilidade financeira de muitos municípios.

A insensibilidade é de tal sorte que o Governo propõe a mudança de idade de aposentadoria da trabalhadora rural de 55 anos para 60 anos, como se essa mulher, que começa a trabalhar muito cedo, aguentasse mais cinco anos de trabalho ao beirar a velhice, além de dificultar também as forma de comprovação da atividade no campo, o que fará com que muitas só tenham possibilidade de ter tempo de serviço necessário quando chegar a mais de 70 anos de idade ou nunca se aposentar com o benefício integral.

Em Sergipe, dos 75 municípios, 30 deles têm uma receita de previdência maior do que o resultado do FPM, sendo que nos casos de Aquidabã, Itabaiana, Itabaianinha, Lagarto, Moita Bonita, Nossa Senhora da Glória, Poço Verde, Simão Dias, Propriá, Tobias Barreto, aonde a receita previdenciária chega a mais de três vezes do valor do FPM.

No município de Itabaiana, por exemplo, a receita do FPM em 2018 foi de R\$ 34,6 milhões, enquanto que a receita previdenciária foi de 111,3 milhões, em Lagarto enquanto o FPM foi de R\$ 36,9 milhões, a participação da aposentadoria rural foi de R\$ 144,2 milhões, em Nossa Senhora da Glória a diferença chega a 4 vezes, uma vez que a receita do FPM foi de R\$ 18,4 milhões, enquanto a receita previdenciária chegou à casa dos R\$ 77,5 milhões.

Os valores pagos pela Previdência, além de servirem de complementação importante na composição da renda familiar, são fundamentais para a própria economia dos municípios, havendo estudos que apontam que para cada real pago pela previdência, 65 centavos são destinados ao consumo e gastos na economia local, aumentando, por conseguinte o próprio PIB do município.



Portanto, as mudanças propostas na Reforma da Previdência de Bolsonaro, além de serem injustas para a classe trabalhadora, têm também a força de desestruturar os municípios pela capacidade que têm na composição da renda familiar, levando a perda de autonomia dos trabalhadores e redução de investimentos dos municípios que têm na base de sua economia a agricultura familiar.

A redução dos benefícios da aposentadoria rural impacta na renda desses municípios que dependem fortemente do consumo dos aposentados rurais. No médio prazo a renda gerada pelas cadeias produtivas da agricultura familiar e da reforma agrária tenderá a diminuir, podendo gerar um colapso nas suas economias, com uma quebra na oferta de alimentos, afetando a própria segurança alimentar.

Diante desses argumentos é que acreditamos ser da maior importância a realização desses seminários para buscarmos saídas para as questões sociais e econômicas aí envolvidas. Assim, solicito a aprovação deste Plenário.

João Daniel

Deputado Federal (PT-SE)